

I — INTRODUÇÃO

D. MANUEL DE PORTUGAL, O FIDALGO E O POETA

Em D. Manuel de Portugal, duas características houve que atraíram a admiração dos seus contemporâneos e que foram insistentemente sublinhadas pelos seus biógrafos, como elementos caracterizadores: a nobreza do nascimento, por um lado, e a capacidade como poeta, por outro. São estes os dois motivos essenciais por que Francisco Sá de Miranda o exalta, quando lhe dedica a égloga *Encantamento*:

«Filho daquele nobre e valeroso
conde, mais junto à casa alta real,
abastara dizer do Vimioso
senhor Dom Manoel de Portugal:
lume do Paço, das Musas mimoso,
que certo vos darão fama imortal.»¹

Pedro de Andrade Caminha, quando lhe enviou uma ode que escrevera em louvor de D. Francisca de Aragão, fê-la acompanhar do seguinte epigrama:

«Versos a bons espritos dirigidos,
Pelo que em ti se intende, e se conhece,
Inda que incultos, e em mim mal nascidos,
A ti primeiro a Musa os oferece:
Também a ti primeiro são devidos
Pela tenção que neles aparece;
Ouve-os, e com mais culto verso ensina
A cantar formosura tão divina.»²

¹ F. Sá de Miranda, *Obras Completas*, 4.^a ed., Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1976, p. 222.

² Cf. «Oda de Pero d'Andrade Caminha a dō Manoel em louvor da S.^{ra} Doña Fr.^{ca} d'Aragão», in *Cancioneiro de Luís Franco Correa*, ed. fac-similada, Comissão Executiva do IV Centenário da publicação de «Os Lusíadas», Lisboa, 1972, fo. 252v.

As alusões que aparecem no poema evocam a célebre — tão célebre que quase se tornou um tópico de certa poesia do seu tempo — adoração que D. Manuel manifestava por D. Francisca; não deixa de ser significativo, no entanto, que Andrade Caminha faça referência ao «culto verso» — sem dúvida o verso à maneira italiana —, em que o destinatário seria «mestre». Tratar-se-á de uma compreensível gentileza; Sá de Miranda, contudo, refere em termos igualmente elogiosos as capacidades artísticas do dedicatário da égloga *Encantamento*, que tivera oportunidade de apreciar numa composição que D. Manuel lhe enviara («Dejando los ganados rumiando»):

«Aquela égloga vossa me foi dada,
encostado jazendo à minha fonte,
de versos estrangeiros variada;
parecia que andava a colher flores,
co'as Musas, co'as graças, c'os amores.»³

Igual admiração experimentava um outro poeta quinhentista, André Falcão de Resende, que, no mesmo sentido, lhe dedicou dois sonetos⁴.

Esta fama de poeta e de grande fidalgo prolongou-se pelos séculos seguintes. E, assim, se no século XVII, ao comentar Camões, o amor ao seu poeta levava Faria e Sousa a escrever com simpatia que D. Manuel de Portugal «fue cavallero de luzidas partes, y erudito, y que escriviò versos afectuosos»⁵, no século seguinte, já como que se podia voltar aos elogios dos seus contemporâneos, afirmando que «foy bom Filosofo, cortezaõ, e entendido, excellente Poeta»⁶. No mesmoo séc. XVIII, Fr. António da Piedade, o cronista da Província da Arrábida, recordava que nele «competião a discrição, e prosapia, sendo não menos venerado por huma, que por outra. Esta o declarava

³ Sá de Miranda, op. cit., p. 222.

⁴ Cf. Sonetos LXVII e LXVIII, in *Obras* s/ ed., s/ local, s/ data, pp. 144 e 145.

⁵ Cf. Comentários à «Ode VII» de Camões, in *Rimas Varias de Luis de Camoens, commentadas por Manuel Faria e Sousa*, reprodução fac-similada da edição de 1685-1689, 2.º vol., INCM, Lisboa, 1972, pp. 161-168.

⁶ Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântida, Coimbra, X, pp. 470-472.

descendente del Rey D. João I e do primeiro Condestável D. Nuno Álvares Pereira; e aquella o acreditava discípulo de Apollo, e competidor de Homero, e dos mais insignes Poetas, porque na arte Poetica foy tão perito, que todos applaudião os seus versos com assombros.»⁷

Qualquer biografia de D. Manuel de Portugal — e não pretendemos, neste breve estudo introdutório, mais do que traçar um esboço dessa biografia que urge, apontando os dados conhecidos — não pode esquecer estas duas vertentes que o caracterizavam de modo tão marcante. Por isso, vamos referir-nos a elas, privilegiando, no entanto, o Poeta, ainda que alinhemos os elementos recolhidos sobre o Fidalgo em primeiro lugar. Poderá discutir-se a separação nítida que estabelecemos entre estas duas vertentes. A opção parece-nos, contudo, justificada pelo pouco que se sabe neste momento sobre a vida de D. Manuel e sobre as marcas que os acontecimentos vividos poderão ter deixado na sua obra. Tanto quanto conhecemos, a sua poesia aborda um único tema: o Amor. Nas *Obras*, publicadas no ano anterior à sua morte, em 1605⁸, é do Amor a Deus que se trata; nas composições profanas dispersas por vários cancioneiros manuscritos e que neste trabalho nos propusemos reunir, trata-se do Amor humano. E já houve quem — apressadamente? — tentasse sintetizar essas duas vertentes: segundo J. M. Queiroz Velloso, «no último quartel da sua vida, (...) uma pronunciada tendência mística levou-o para o campo do amor divino, com a mesma veemência que puzera nos seus cantos de amor profano.»⁹

Esta unicidade temática e o facto de ser D. Francisca de Aragão, aparentemente, a única Musa inspiradora dos versos profanos de D. Manuel levam-nos a considerar que é possível, pelo menos metodologicamente, separar a biografia «real» da biografia «literária». Em nossa opinião, não há razões suficientes para considerarmos que a paixão por D. Francisca tivesse

⁷ Fr. António da Piedade, *Espelho de Penitentes e Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, na oficina de José António da Silva, Lisboa, 1728, I, p. 213.

⁸ D. Manuel de Portugal, *Obras*, Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1605.

⁹ J. M. de Queiroz Velloso, *Uma alta figura feminina das côrtes de Portugal e de Espanha, nos séculos XVI e XVII: D. Francisca de Aragão*, Portucalense Editora, Barcelos, 1931, p. 32.

sido mais do que uma paixão literária. Na verdade, parece-nos discutível a afirmação de que esta paixão «não representava uma ficção literária»¹⁰. A argumentação de Queiroz Velloso baseia-se exclusivamente na análise de textos literários, transpondo, linearmente, os sentimentos expostos nesses textos para a vivência concreta. Esta argumentação leva o grande historiador de D. Sebastião e de D. Henrique a limitar o período de produção poética de D. Manuel ao espaço de tempo que mediou entre os seus dois casamentos, uma vez que escreve, na biografia de D. Francisca de Aragão, que «D. Manuel de Portugal só podia requestar a camareira predilecta da rainha D. Catarina, nessa demorada e persistente côrte *de que os seus versos são prova evidente*, depois de viúvo de D. Maria de Menezes»¹¹. E conclui, um pouco adiante, que «a longa, pertinaz e veemente paixão que ela inspirou a D. Manuel de Portugal, com todos os seus crueis desenganos, só pode ser, portanto, colocada no período da sua viuvez.»¹²

Se concordássemos com este autor, teria havido, assim, apenas dois momentos na vida de D. Manuel em que este se teria dedicado à actividade literária: o período de viuvez, em que escrevera os seus versos de amor profano, e o último quartel da sua longa vida, consagrado ao louvor do amor divino. Não nos parece que esta posição seja de aceitar, uma vez que os argumentos aduzidos não são de modo algum definitivos e não nos impedem, por isso, de considerar que a paixão por D. Francisca tem — ou pode ter — sobretudo um cariz literário, que seria, portanto, compatível com o duplo casamento do ilustre fidalgo, que não terá sido, do nosso ponto de vista, mais do que um entre os numerosos admiradores da célebre camareira de D. Catarina de Áustria. Quanto à existência de uma fase mística de D. Manuel, esta é igualmente uma tese discutível. E foi discutida: nomeadamente por Mário Martins no seu artigo sobre «A poesia mística de D. Manuel de Portugal»¹³.

Tendo em conta os pressupostos acima apresentados, vamos, pois, considerar separadamente a biografia de D. Manuel

¹⁰ idem, p. 30.

¹¹ idem, p. 42, sublinhado nosso.

¹² idem, p. 44.

¹³ Mário Martins, S. J., «A poesia mística de D. Manuel de Portugal», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 19.º, Coimbra, 1960.

enquanto fidalgo, a sua biografia «real», e, depois, procuraremos esboçar também a sua biografia «literária», certamente não menos real, só que talvez duma realidade diferente...

1. D. MANUEL: O FIDALGO

D. Manuel de Portugal era o terceiro filho do primeiro conde de Vimioso, o celebrado poeta e cortesão D. Francisco de Portugal, e de sua segunda mulher, D. Joana de Vilhena. Embora D. A. Caetano de Sousa não indique, na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, o local de nascimento, Diogo Barbosa Machado afirma que nasceu «em a cidade de Évora para augmento dos gloriosos tymbres com que se ornava»¹⁴. Totalmente desconhecida é a data em que nasceu, ainda que possamos conjecturar, como provável, a década de 20 do século XVI. D. Manuel terá nascido pela mesma altura de Luís de Camões, embora tivesse vivido bastante mais, uma vez que veio a falecer em 26 de Fevereiro de 1606, na cidade de Lisboa¹⁵. Segundo Caetano de Sousa, D. Manuel morreu «muy velho»¹⁶ e Barbosa Machado escreve que faleceu «em idade muito provecta»¹⁷. Queiroz Velloso conjectura que terá falecido «com mais de oitenta anos»¹⁸, no que não andarà muito longe da verdade.

Durante a sua longa existência, D. Manuel privou com os reis e príncipes portugueses, privilégio que lhe advinha da sua condição de membro da alta aristocracia nacional. Teve, segundo testemunha o cronista Francisco de Andrada, grande intimidade com o príncipe D. João, herdeiro de D. João III, uma vez que D. Francisco de Portugal era o camareiro-mor do príncipe. O cronista de D. João III informa que em 1549 o rei «fez mercê de entradas [nos aposentos de D. João] (...) a dom Afonso e dom Manoel filhos ambos do conde de Vimioso, que ja antes

¹⁴ Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1741-1759 (aliás, Atlântida Edit., Coimbra, 1967), III, p. 345.

¹⁵ Cf. D. A. Caetano de Sousa, op. cit., X, p. 471 e Diogo Barbosa Machado, op. cit., p. 345.

¹⁶ D. A. Caetano de Sousa, op. cit., p. 471.

¹⁷ Barbosa Machado, op. cit., p. 345.

¹⁸ J. M. Queiroz Velloso, op. cit., p. 32.

disto continuavão o serviço do Príncipe, por serem filhos do seu camareyro mór»¹⁹.

O primeiro casamento de D. Manuel de Portugal, com D. Maria de Menezes, ter-se-á efectuado antes de 1552, a acreditarmos nas conjecturas de Queiroz Velloso²⁰. Deste matrimónio nasceram quatro filhos: D. Francisco, D. Henrique, D. João e D. Afonso.

D. Francisco e D. Afonso morreram sem terem atingido a idade adulta. D. Henrique de Portugal sucedeu, pois, na casa a seu pai e veio a casar com D. Ana de Ataíde. D. João de Portugal, o mais célebre dos filhos de D. Manuel, casou com D. Madalena de Vilhena, presumivelmente em 1568²¹. O seu desaparecimento em Alcácer Quibir, onde combateu, com o irmão D. Henrique, ao lado de D. Sebastião, levou D. Madalena a casar em segundas núpcias com Manuel de Sousa Coutinho, factos que estiveram na origem de algumas lendas sebastianistas, alimentadas pela entrada simultânea na vida religiosa destes últimos. A história é bem conhecida, pelo menos nos termos em que Almeida Garrett a imortalizou no seu justamente célebre drama *Frei Luís de Sousa*.

D. Manuel contraiu matrimónio, pela segunda vez, com D. Margarida de Mendonça Corte-Real, de quem teve uma única filha, D. Joana de Mendonça Corte-Real, que veio a ser mulher de D. Nuno Álvares de Portugal, filho dos segundos condes de Vimioso, D. Afonso de Portugal e D. Luíza de Gusmão²². Irmão de D. Margarida era o poeta Jerónimo Corte-Real, autor de alguns poemas épicos²³ e a quem D. Manuel dirige a composi-

¹⁹ Francisco de Andrada, *Crónica del Rey D. João III*, int. e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello e Irmão, Porto, 1976, p. 988.

²⁰ Queiroz Velloso estabelece este ano como «limite inultrapassável» para este primeiro matrimónio de D. Manuel, a partir de documentos citados por Jordão de Freitas — uma procuração datada de 20-1-1573, assinada por D. João de Portugal e sua mulher D. Madalena de Vilhena — e por Sousa Viterbo — uma carta de D. Sebastião, de 12-10-1568, garantindo o terço das arras que D. João de Portugal promete à sua futura esposa. Cf. op. cit., p. 44.

²¹ Cf. Queiroz Velloso, op. cit., p. 44, nota 1.

²² Cf. D. António Caetano de Sousa, op. cit., X, p. 472 e Barbosa Machado, op. cit., III, p. 346.

²³ É autor, nomeadamente, do *Sucesso do Segundo Cerco de Dio*, estando D. João de Mascarenhas por capitão da fortaleza (1574), poema em 22 cantos, e da *Austriada* ou *Victoria de D. Juan de Austria en el golfo de Lepanto* (1578), em 15 cantos. Cf. *Dicionário de Literatura*, dir. de

ção «Dexaste las hermanas y la fuente» (Versos de Dom Manoel de Portugal a Jerónimo Corte Real seu cunhado estando em Almeirim), que apresentamos adiante ²⁴.

A ascendência de D. Manuel garantia-lhe um lugar de prestígio na mais alta aristocracia portuguesa, tendo frequentado as cortes de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, recebendo destes soberanos portugueses provas de confiança e afecto. Como escrevemos acima, D. João III favoreceu o convívio deste fidalgo com o príncipe D. João e o seu sucessor, D. Sebastião, demonstrou-lhe a sua confiança ao enviá-lo, como embaixador, a Castela. Como dissemos já, dois filhos de D. Manuel acompanharam D. Sebastião em Alcácer Quibir, tendo sido feitos prisioneiros. Depois da morte do cardeal D. Henrique, a fidelidade dos Vimioso à coroa portuguesa foi posta à prova, tendo D. Manuel e a sua família tomado partido contra as pretensões de Filipe II de Castela.

A actuação de D. Manuel neste período histórico se referem dois documentos conhecidos (transcritos por Queiroz Velloso na obra já citada ²⁵). O primeiro é uma carta do licenciado João Calvo de Padilla ao secretário Diogo de Fuyca, datada de Lisboa, 27 de Novembro de 1579. Aí se afirma que D. Manuel de Portugal se teria mostrado particularmente receptivo à causa do rei castelhano:

«Quise sacalle de raiz la causa de la açedia pasada. Dixome con mucha llaneza, hidalguia y libertad q̃ se abia mucho enfadado con aquellos q̃ aconsejarõ a su m.^d hiçiese apercibimy.^{os} de guerra y q̃ aquellos gastos pudiera haber escusado su m.^d, porq̃ estando Portugal tan impossibilitado y tubiendo como tiene just.^a su m.^d y siendo quien es tan poderoso y baleroso, llebando esta nacion con amor y suavidad fuera de rodillas a le suplicar les quisiera rescibir, pues tão bien ade resultar a estos reynos y a la christiandad.»

O segundo documento é também uma carta, esta assinada por Cristóvão de Moura e datada de Almeirim, a 22 de Novem-

Jacinto do Prado Coelho, 3.^a ed., Liv. Figueirinhas, Porto, 1979, vol. 1.^o, pp. 222-223.

²⁴ É o poema n.^o 26, pp. 31-33.

²⁵ Queiroz Velloso, op. cit., pp. 166-168. Os documentos a que nos referimos são transcritos do Arquivo Geral de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 405 (ant.) e 178 (mod.), Fol. 121 (documento n.^o XXII, transcrito na íntegra) e Maço n.^o 401 (ant.) e 177 (mod.), Fol. sem n.^o (transcrito parcialmente).

bro de 1579, cinco dias, portanto, antes da entrevista a que se refere a carta anterior. Ao contrário do licenciado Padilla, Cristóvão de Moura apresenta D. Manuel de Portugal como um dos principais instigadores da revolta chefiada por D. António, prior do Crato:

«Este tiene hechado a perder don Ant.^o y rebuelta toda Lisboa. Y es el que da las traças para que Portugal se deffenda de Castilla y el que mas claro ha hablado en esto a este Rey, como lo saven todos sus ministros. Y ahora trata don Antonio con el pueblo de Lisboa que eligan a este per procurador de cortes.»

Segundo Cristóvão de Moura, D. Manuel usaria dos seus dotes literários para confundir o licenciado Padilla, recomendando, na sua carta, que «bueno es que piense Padilla que en llegando de Madrid [a carta de Filipe II] le ha de hablar claro a Don Manuel de Portugal, que save mas poesia que Pindaro.»

A actuação dos Vimioso na primeira linha da resistência às pretensões do monarca castelhano valeu-lhe a exclusão do perdão geral que Filipe II concedeu, em 18 de Abril de 1581. Na carta em que concede essa graça, são nomeados os «principais delinquentes e autores que foram causa de tantas mortes, roubos, insultos e outros danos e perturbações da paz e quietação pública (...); encabeçam a lista dos elementos da nobreza os nomes de D. Francisco e de D. Manuel de Portugal, enquanto D. João de Portugal, Bispo da Guarda, se encontra à frente dos membros do clero que não gozam do perdão²⁶. Estes factos explicam a ligação estreita que sempre existiu entre esta família e os movimentos «sebastianistas», de que é sinal mais evidente a dedicatória das *Trovas do Bandarra* ao Bispo da Guarda.

Apesar de tudo, por vontade própria ou por imposição do novo rei, a verdade é que D. Manuel de Portugal acabou por se submeter a Filipe II, atitude que os seus biógrafos parecem ter alguma dificuldade em explicar. Barbosa Machado escreve, a propósito:

«Posto que obedeceo a Filippe Prudente nunca foy grato a este Principe por conhecer a aversão, que sempre tivera ao dominio Castelhano.»²⁷

O mesmo embaraço parece transparecer das palavras de D. António Caetano de Sousa, quando refere a atitude de

²⁶ Cf. *Carta de perdão geral*, 18 de Abril de 1581, feita em Tomar, Mss. 199, n.º 87, da Biblioteca Nacional de Lisboa (cópia do séc. XIX).

²⁷ Barbosa Machado, op. cit., III, p. 345.

D. Manuel, depois da subida ao trono de Portugal do monarca castelhano:

«E supposto depois se sujeitou à obediência delRey Filippe, que dominava, não lhe foy grato o seu serviço, prejudicando desta sorte à fortuna merecida pelo seu admirável talento.»²⁸

A animosidade de Filipe II em relação à casa de Vimioso e a derrota do partido de D. António, a que D. Manuel de Portugal dera o seu apoio, poderão estar na origem de um certo desencanto em relação à vida de corte e às glórias terrenas, explicando a existência de uma «fase mística», a que teria consagrado os últimos vinte e cinco anos. A esta «fase mística» se referem Carolina Michaëlis de Vasconcellos²⁹, Queiroz Velloso³⁰ e, mais recentemente, V. M. de Aguiar e Silva³¹, estabelecendo uma relação directa entre este último período da sua vida e as profundas preocupações religiosas que manifesta nas *Obras* de 1605.

Não parece difícil admitir que as circunstâncias históricas que acabamos de referir tenham acentuado a religiosidade de D. Manuel, conferindo às últimas décadas da sua existência um cariz predominantemente místico. No entanto, não pensamos que seja de estabelecer uma demarcação demasiado nítida deste período relativamente a fases anteriores. Na verdade, não nos é difícil concordar com Mário Martins, quando este recorda que as preocupações religiosas de D. Manuel já se manifestavam «mais de trinta anos antes de morrer», concluindo que «estamos, por conseguinte, muito longe da crise misticista dum velho com os pés para a cova».³²

Mário Martins lembra que o *Tratado breve de Oraçam* foi composto bastante antes da impressão das *Obras*, uma vez

²⁸ D. A. Caetano de Sousa, op. cit., X, p. 470.

²⁹ F. Sá de Miranda, *Obras*, Halle, 1885, p. 758. Carolina Michaelis escreve: «No fim da sua vida fez-se mystico e ascético. Morre em 1606, tendo dado à luz, um anno antes, um grosso volume de *Obras Espirituaes* (...)».

³⁰ Cf. Queiroz Velloso, op. cit., p. 32.

³¹ V. M. Aguiar e Silva resume esta evolução do seguinte modo: «D. Manuel de Portugal, que na sua idade juvenil poetara ao gosto petrarquista, inspirado por amores profanos, veio depois, na parte derradeira da vida, a cantar apenas os mistérios e as delícias do amor divino.» (cf. *Maneirismo e Barroco na Poesia lírica Portuguesa*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971, p. 300).

³² Mário Martins, S. J., op. cit., p. 6.

que tal tratado é objecto de uma «Aprovaçam» assinada por Fr. Bertolameu Ferreira em 18 de Janeiro de 1574. Assim, e embora tenha sido impresso apenas em 1605, juntamente com os poemas místicos, este tratado estava pronto antes de 1574, tendo certamente circulado manuscrito durante trinta anos, uma vez que a citada «Aprovaçam» refere especificamente que «este caderno de exercícios de amor de Deos e oração (...) se pode communicar e ler conforme à décima regra do catálogo Tridentino»³³.

A viva sensibilidade religiosa de que o *Tratado breve de oraçam* dá testemunho ter-se-á acentuado à medida que a morte se foi aproximando e que os desgostos e desencantos se foram somando, com especial destaque para os acontecimentos posteriores ao desastre de Alcácer Quibir... No entanto, desde sempre D. Manuel se mostrou particularmente sensível às questões religiosas, tendo mesmo fundado um mosteiro, perto de Santarém, para os frades arrábidos. Segundo o cronista da Província de Santa Maria da Arrábida, Fr. António da Piedade, os frades desta congregação só aceitaram a oferta do fidalgo porque reconheciam a sua profunda devoção:

«No anno de 1556 (...) prevaleceo a devoção de D. Manoel de Portugal, para que lhe aceitassemos hum Convento, que nos queria fundar em terra da sua Quinta, junto ao Lugar de Val de Figueira, em distancia da villa de Santarem para a parte do Norte quasi de legoa e meya.»³⁴

Ainda segundo o cronista, a aceitação desta oferta representou, da parte dos frades arrábidos, o reconhecimento de que o doador manifestava especial inclinação pela vida espiritual e uma particular sintonia com a sensibilidade religiosa arrábida:

«Pela grande inclinação, que tinha à virtude, appetecia muito a communicação dos virtuosos. Por taes reconhecia a todos os sequazes desta Refórma, e por esta causa se resolveo a nos fazer hum Convento.»³⁵

Tendo em conta o carácter da obra de Fr. António da Piedade, não podemos deixar de descontar algum exagero do autor, ao escrever sobre um nobre benfeitor da sua Ordem, utilizando, por isso, um tom nitidamente apologético. Não esque-

³³ D. Manuel de Portugal, *Obras*, Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1605, fl. 459v.

³⁴ Fr. António da Piedade, op. cit., I, p. 213.

³⁵ idem, *ibidem*.

ce mos o facto; podemos, ainda assim, registrar que D. Manuel desde sempre se interessou pela vida religiosa, favorecendo uma Ordem reformada de tendências ascéticas, que conquistara, paralelamente à Companhia de Jesus, o «coração» da nobreza. Em 1556 andaria o nosso autor pelos trinta e poucos anos e a oferta feita aos arrábidos testemunha já uma preocupação por certo tipo de espiritualidade que se terá acentuado nas últimas décadas de vida. Pensamos não estar a exagerar se considerarmos que D. Manuel sempre se mostrou um cristão empenhado e um leigo particularmente atento às questões religiosas ligadas à renovação e reforma da Igreja, tão vivamente discutidas neste século XVI que foi o seu.

Há, contudo, algo que nos surpreende: não encontramos nenhuma composição sua de temática religiosa em qualquer dos muitos cancioneiros manuscritos de que tivemos conhecimento, nem conseguimos obter qualquer referência que nos indicasse tal existência. Os poemas que recolhemos são de temática exclusivamente profana, o que é curioso, se nos lembrarmos que D. Manuel apenas publicou obras de índole mística³⁶. Será que D. Manuel, nos últimos anos de vida, reescreveu «ao divino» as suas obras profanas, não querendo, por isso, imprimir as composições que encontramos dispersas pelos cancioneiros manuscritos? Seria uma hipótese que viria favorecer a opinião de Carolina Michaelis, segundo a qual se teria verificado uma conversão do fidalgo cortesão em asceta e místico, «no fim da sua vida»³⁷. Em consequência, o autor teria de algum modo desprezado os amores terrenos e os poemas que lhes consagrara. Não podemos desenvolver aqui esta questão, uma vez que isso emplicaria uma análise comparativa aprofundada das composições impressas em 1605 e das que reunimos neste trabalho. Pensamos, no entanto, ter realizado uma tarefa indispensável à exploração da hipótese apontada, deixando a comparação entre os dois conjuntos e uma possível conclusão para momento mais oportuno.

A partir dos elementos disponíveis, podemos, no entanto, procurar vislumbrar as motivações daquela atitude de D. Manuel

³⁶ Mário Martins, S. J., op. cit., p. 3, escreve taxativamente, acerca do volume *Obras de D. Manuel de Portugal*: «Poesia mística e não simplesmente religiosa. Neste ponto, talvez seja o poeta de maior fundura nascido em Portugal, embora difuso e algo monótono.»

³⁷ Vide supra, nota 27.

de Portugal. Na verdade, a não publicação das suas obras profanas não significa, por si só, que o autor as tenha desprezado. Entre os seus contemporâneos foram incomparavelmente mais numerosos os poetas que não viram as obras impressas do que os que puderam acompanhar a sua edição³⁸. Seria legítimo, contudo, pensar que a opção do fidalgo poeta se justificaria pelo favor que o público peninsular, na transição do séc. XVI para o XVII, consagraria à poesia religiosa, porque a considerava mais digna, valorizando mais os seus autores. É uma ideia que talvez tenha alguma viabilidade, mas que é contrariada, em Portugal, pelas edições da lírica camoniana (1595, 1598), das poesias de Sá de Miranda (1595) ou ainda das *Rimas Várias, Flores do Lima*, de Diogo Bernardes (1597), enquanto a obra de Fr. Agostinho da Cruz, por exemplo, permaneceu inédita até ao século XVIII.

Do nosso ponto de vista, esta publicação da poesia religiosa corresponde, em D. Manuel de Portugal, a um «gesto», com o qual o fidalgo desejava concretizar publicamente o seu corte com «certo» passado. A não publicação das poesias profanas não terá correspondido, pois, a um juízo de valor estético, mas visaria traduzir a incompatibilidade que o autor entendia existir entre o amor divino e o amor profano e a sua renúncia definitiva a amores terrenos, para que se pudesse consagrar, por inteiro, ao amor de Deus.

2. D. MANUEL: O POETA

2.1. *Obra impressa e obra dispersa*

Como escrevemos já, D. Manuel não publicou a sua poesia profana e, até hoje, não houve quem a recolhesse num volume autónomo e a fizesse imprimir. Não é raro, bem pelo contrário, que um poeta quinhentista tenha deixado inédita a sua obra lírica. Como refere — e lamenta — Carolina Michaëlis de Vasconcellos, «houve uma bizarra isenção de ricos, pois [os poetas

³⁸ Cf. A. Rodríguez-Moñino, «La transmisión impresa de la poesía», in *Construcción crítica y realidad histórica en la poesía española de los siglos XVI y XVII*, Editorial Castalia, Madrid, 1968, pp. 19-24.

da côrte de D. João III] dispersavam os seus versos, familiarmente, enviando-os, no caso melhor ceremoniaticamente aos Mecenates, mas em regra a amigos e damas, sem os marcarem claramente com o seu nome e sem os trasladarem primeiro para um grande Livro Autógrafo, de Razão, como o Cartapácio de Gil Vicente, com datas exactas — e explicações formais em epígrafes que mais tarde teriam facilitado a coordenação final, a impressão, e verificações em casos duvidosos.»³⁹

Nesta perspectiva, o caso de D. Manuel de Portugal será ainda mais grave do que o de outros poetas. Na verdade, D. Manuel não precisava de mecenas a quem enviasse cópias mais cuidadas dos seus trabalhos; pelo contrário, era a sua família que protegia mecenaticamente poetas como Luís de Camões⁴⁰. Mesmo D. Francisca de Aragão, a principal inspiradora do nosso autor, parece não ter recebido dele qualquer selecção de poemas como a que Pedro de Andrade Caminha terá preparado para lhe oferecer, «cuidadosamente executada por um hábil copista»⁴¹. A propósito de D. Manuel poderá dizer-se, com propriedade, que a sua despreocupação correspondia a uma «bizarra isenção de ricos», donde decorrem as consequências que Carolina Michaëlis resume, referindo-se aos poetas e à poesia quinhentista portuguesa, mas também a uma situação:

«Poética desordem, da qual resultou que (com poucas excepções como Bernardes, António Ferreira, Montemór, e Andrade Caminha) até certo ponto os poetas todos da idade áurea de Portugal deixaram de nos legar o «texto-estandarte» das suas criações, suprimindo, como era seu direito, tudo

³⁹ C. Michaëlis de Vasconcellos, *O Cancioneiro do P. Pedro Ribeiro*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924, pp. 11-12. A mesma situação é descrita por Rodríguez-Moñino, no capítulo sobre «La transmisión manuscrita de la poesía», na obra citada, pp. 24-32.

⁴⁰ É bem conhecida a relação de Camões com a casa de Vimioso. Recentemente, V. Graça Moura ocupou-se dela no volume *Os Penhascos e a serpente e outros ensaios camonianos*, Quetzal, Lisboa, 1987. Vide sobretudo os capítulos «Camões e o Mecenato» (pp. 43-66) e «Camões e a Casa Vimioso» (pp. 73-98).

⁴¹ C. Michaëlis de Vasconcellos, *Pedro de Andrade Caminha: subsídios para o estudo da sua vida e obra*, INIC, Lisboa, 1982, p. 17. Veja-se, também, o que escreve Queiroz Velloso: «O códice do Museu Britânico, colectânea de versos escolhidos pelo próprio autor e copiados por um hábil calígrafo, destinava-se evidentemente a ser oferecido a D. Francisca de Aragão.» (op. cit., p. 31, nota 1).

quanto não achavam próprio para a publicidade, e escolhendo as lições que preferiam. Resultou indirectamente também que cada amador de poesia coleccionasse, entre 1550 e 1650, por sua conta e risco, traslados de obras-primas, e confeccionasse o seu «Cancioneiro de mão», mais ou menos criteriosamente ou atabalhoadamente.»⁴²

Carolina Michaëlis de Vasconcellos desejaria que os colecionadores da poesia quinhentista tivessem organizado os seus «Cancioneiros de mão» com o rigor e a objectividade com que hoje se preparam edições críticas... É um belo desejo, mas também uma alta exigência... Mas esta constatação não basta para fazer esquecer os inconvenientes sérios a que as atitudes conjugadas de autores e coleccionadores conduziram, inconvenientes agravados pela confusão que sucessivos editores de Camões criaram, ao reivindicarem para este textos de outros poetas seus contemporâneos. Jorge de Sena resumia, em 1968, esta questão da seguinte maneira:

«Estes dois [Sá de Miranda e Diogo Bernardes], com Ferreira e Caminha, são, dos poetas portugueses da segunda metade do século XVI, aqueles de que há edições algo libertas das tremendas confusões autorais dos cancioneiros de mão, que tornam a obra de muitos outros poetas um caos aflitivo, ante o qual a erudição tem recuado com prudente reticência. Se muitos deles tiveram a honra de ser confundidos com Camões, e são, pelo que se conhece (editados em velhos volumes nunca reeditados mais modernamente, ou semieditados e discutidos só a propósito das questões camonianas), poetas de muito mérito, parece que vai chegando a hora de iniciar-se, nesse oceano de poemas, um trabalho de pesquisa e coordenação que ponha ante os olhos do leitor interessado (e quantos desinteressados não haverá, apenas por crerem que tudo aquilo é uma trapalhada de versejadores copiando Camões, que é a imagem que a erudição difundiu deles, sem dilucidação sistemática, na medida do possível, da obra dos mais dignos de interesse) os elementos concretos por onde julgar-se de uma época tão rica de poesia e de gosto por ela, que foi possível gerar-se a confusão que a submergiu na sombra de Camões.»⁴³

⁴² C. Michaëlis de Vasconcellos, *O Cancioneiro do P. Pedro Ribeiro*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924, p. 12.

⁴³ Jorge de Sena, *Os sonetos de Camões e o soneto quinhentista peninsular*, 2.^a ed., Edições 70, Lisboa, 1980, pp. 28-29.

Se citamos tão extensamente as palavras de Jorge de Sena é porque elas traçam, com grande realismo, o quadro em que tivemos de nos mover, para a realização da tarefa que nos impusemos, na tentativa, aliás, de corresponder ao programa de trabalho que o ilustre ensaísta aponta.

Tanto quanto pudemos apurar, as obras de carácter religioso foram todas publicadas por D. Manuel de Portugal, em 1605, em Lisboa, impressas por Pedro Craesbeeck⁴⁴. Quanto às obras profanas, obrigaram a uma recolha de vários cancioneiros, uns editados — em edições diplomáticas, ou simplesmente fac-similados —, outros manuscritos, ou ainda de Miscelâneas inéditas, a que houve que acrescentar algumas poesias recuperadas da obra de outros poetas, a quem se encontravam atribuídas, com destaque para Camões.

Entre os Cancioneiros editados, há dois particularmente importantes para quem deseja organizar uma edição de obras profanas de D. Manuel de Portugal: o *Cancioneiro de Luís Franco Correa*⁴⁵ e o *Cancioneiro de Corte e Magnates*⁴⁶. O primeiro inclui 11 composições que lhe são atribuídas, enquanto o segundo o indica como autor de 31 poemas. O *Cancioneiro Fernandes Tomás* considera seus quatro sonetos⁴⁷, enquanto o *Cancioneiro de Cristóvão Borges*⁴⁸ atribui ao nosso autor um conjunto de tercetos («Aquella voluntad que se a rendido») — a que chama égloga —, aparecendo a mesma composição no *Cancioneiro Musical e Poético da Biblioteca Pública Hortên-*

⁴⁴ Mário Martins, S. J., no artigo que já citámos mais de uma vez, faz uma descrição pormenorizada do conteúdo destas Obras.

⁴⁵ *Cancioneiro de Luís Franco Correa (1557-1589)*, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», Lisboa, 1972. As composições atribuídas a D. Manuel de Portugal encontram-se nos fólios 67r-69r, 135v-138v e 230v-252v.

⁴⁶ *Cancioneiro de Corte e de Magnates*. MS. CXIV/2-2 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, ed. e notas por A. L.-F. Askins, University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1968. As composições referidas encontram-se nas páginas 220-271, 280-296 e 434.

⁴⁷ *Cancioneiro de Fernandes Tomás*, ed. do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, 1971. Os sonetos atribuídos a D. Manuel de Portugal ocupam os fólios 151v e 152r.

⁴⁸ *The Cancioneiro de Cristóvão Borges*, ed. e notas de A. L.-F. Askins, Barbosa & Xavier, Braga/Jean Touzot, Paris, 1979. Os tercetos de D. Manuel de Portugal encontram-se nas páginas 81-84.

sia ⁴⁹. O índice do *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* ⁵⁰ dá a D. Manuel três sonetos (para um deles, «Repousa o corpo aqui, e já na gloria», não nos foi possível encontrar o texto completo), uma elegia (cujo «incipit» corresponde ao dos tercetos acima citados), uma canção e uma ode.

Na edição de 1595 das obras de Sá de Miranda, saíram dois sonetos que D. Manuel lhe dedicou; na sua edição, Carolina Michaëlis publicou também a égloga «Dejando los ganados rumiando». Se a estas composições acrescentarmos as que foram impressas em nome de Camões por Álvares da Cunha e Faria e Sousa, o vilancete «En vão levantey os olhos», publicado nas *Obras Poéticas* de Estêvão Rodrigues de Castro ⁵¹ e o soneto «Sospechas que en mi triste fantesía», que anda nas obras de Garcilaso, chegaremos à conclusão de que, dispersas por este conjunto de publicações, todas as obras profanas de D. Manuel de Portugal se encontram hoje editadas. Há, no entanto, outros manuscritos total ou parcialmente inéditos que oferecem, em versões ligeiramente diferentes, grande parte destas poesias. Referimo-nos, nomeadamente, a dois manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa: o Reservado 8920, uma miscelânea que contém 27 poemas deste autor, e o Reservado 8571, outra miscelânea, que inclui a égloga «Nisido e Floridon» e os tercetos «Aquella voluntad que se ha rendido». Dois outros manuscritos que contém obras do nosso poeta encontram-se em bibliotecas espanholas, um na do Escorial — o «Livro de / sonetos. E / octavas, de di / verços au / ctos. / De 1598.» — e outro na da Real Academia de la Historia de Madrid (onde tem a cota 12-26-8/D 199) ⁵².

⁴⁹ *Cancioneiro Musical e Poético da Biblioteca Pública Hortênsia*, pub. por Joaquim Manuel, Coimbra, 1940, pp. 139-150.

⁵⁰ C. Michaëlis de Vasconcellos, *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, p. 74.

⁵¹ Estêvão Rodrigues de Castro, *Obras Poéticas*, textos éditos e inéditos coligidos, fixados, prefaciados e anotados por Giacinto Manuppella, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1967. O vilancete vem incluído no «Segundo apêndice», na página 566. G. Manuppella publica também o soneto «A perfeição, a graça, o suave geito» (p. 361).

⁵² Maria Isabel Ferreira da Cruz editou parcialmente estes dois cancioneiros, transcrevendo integralmente as composições que considerou «de Camões» e as «de autoria alguma vez atribuída a Camões», e dando apenas os dois primeiros versos das outras neles contidas. De D. Manuel de Portugal, inclui o *Cancioneiro do Escorial* a égloga «Nisido e Floridon» (fo. 70-72) e o soneto «A perfeição, a graça, o suave geito» (fo. 21r), anónimos; o *Cancioneiro de Madrid* contém os versos «Los sētibles spiritos

Pelo que até agora pudemos apurar, estas são as fontes, éditas e inéditas, da poesia profana de D. Manuel de Portugal. As obras que nelas econtrámos, e que apresentamos agora reunidas num volume autónomo, parecem-nos constituir um «corpus» suficientemente representativo e permitem-nos, ao que supomos, fazer emergir o seu autor da sombra de Camões, em que, no dizer de Jorge de Sena ⁵³, tem estado submerso.

2.2. *Relações literárias*

Na obra que consagrou ao estudo dos sonetos de Camões e do soneto quinhentista peninsular, Jorge de Sena inclui D. Manuel de Portugal numa segunda geração de discípulos de Sá de Miranda, nascidos à volta de 1520, em que engloba também Francisco de Sá de Meneses, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Jorge de Montemor e Pedro de Andrade Caminha. Uma primeira geração de «mirandinos» teria sido constituída pelo 1.º duque de Aveiro, D. João de Lencastre e pelo infante D. Luís ⁵⁴. Este ensaísta coloca, pois, D. Manuel entre os seguidores literários de Sá de Miranda, não deixando de salientar que outras solidariedades menos literárias, mas não menos poderosas, contribuiriam para o relacionamento destes poetas ⁵⁵. Faria e Sousa, no comentário à Ode VII de Camões, estabelece também uma relação estreita entre Sá de Miranda e D. Manuel,

q̄ somos» (fo. 183v.) e os sonetos «De una escura nuvẽ eclipsado» (fo. 13v) e, anónimo, «Los ojos q̄ con blando movimiento» (fo. 10v). Cf. *Novos Subsídios para uma Edição da Lírica de Camões. Os cancioneiros inéditos de Madrid e do Escorial*, Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1971.

Acerca deste trabalho de Maria Isabel Cruz, vide as observações de Cleonice Berardinelli, in *Sonetos de Camões*, Barbosa & Xavier, Braga, 1980, pp. 39-40.

⁵³ Jorge de Sena, op. cit., p. 29.

⁵⁴ idem, pp. 124-125. Também Carolina Michaëlis se refere a D. Manuel nos seguintes termos: «Como poeta é um dos primeiros discípulos de Sá de Miranda.» (*Investigações sobre sonetos e sonetistas portugueses e castelhanos*, separata da *Revue Hispanique*, t. XXII, New York/Paris, 1910, p. 55).

⁵⁵ Jorge de Sena (op. cit., loc. cit.) escreve: «a intimidade destes homens todos não era apenas a que resultasse de camaradagem literária, ou de todos serem, directa ou indirectamente, servidores da Casa Real, à qual alguns pertenciam: era, também, a que resultava de, embora com gradações hierárquicas, constituírem um mesmo grupo social que era uma mesma família.»

chegando a compará-los a Boscán e Garcilaso, respectivamente ⁵⁶. As observações de Faria e Sousa são altamente discutíveis — ainda que muito lisonjeiras para o nosso autor —, pelo que julgamos que deve ser reconsiderado o papel que Sá de Miranda terá desempenhado na formação literária de D. Manuel. Segundo o comentador das *Rimas Várias*, este poeta fidalgo teria levado à perfeição as formas italianizantes que aquele introduzira em Portugal, sugerindo um magistério mirandino que, talvez por tópico, Jorge de Sena aceita sem discussão.

Consultando a obra de um e outro poetas, pudemos encontrar alguns textos que dão prova de mútua estima e mesmo de amizade. Em resposta a um soneto que D. Manuel lhe enviara ⁵⁷, Sá de Miranda escreve:

«Tantas mercês tam desacostumadas,
como as servirei eu devidamente?
(...)
Senhor Dom Manuel, se a só clareza
dum peito aberto, puro e fé lavada
muito merece, muito vos mereço.» ⁵⁸

E, quando Sá de Miranda morre, inspira ao nosso poeta os seguintes versos:

«Alma felice, a nós alto decoro
De virtude, por quem os Reis deixaste,
(...)
Indo desta região, donde inda moro
Saudoso de ti, que amando, voaste
A esta de luz: magino desque entraste
Que versos cantarás no eterno coro.» ⁵⁹

⁵⁶ *Rimas Várias de Luis de Camoens commentadas por Manuel de Faria e Sousa*, ed. fac-similada, INCM, Lisboa, 1972, II, p. 162. O comentarista escreve: «Pacieronse los dós en Portugal a Boscán y a Garcilaso en Castilla: porque si Boscán los resucitó, fue con gran escabrosidad; y Garcilaso lo prosiguió con numero suave. De que acertasse más en esto D. Manuel que Francisco de Sá, me admiro yo; porq'este anduvo por Italia, adonde esto se exercitò siempre mejor; y essotro no sé que saliesse de Portugal.»

⁵⁷ O soneto «Soem a vezes ser mais estimadas», que leva, no nosso trabalho, o n.º 39 (p. 118).

⁵⁸ F. de Sá de Miranda, *Obras Completas*, I, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, 4.ª ed., 1976, p. 289.

⁵⁹ É o n.º 43 da nossa edição, p. 127.

O que unia os dois fidalgos era, portanto, estima e amizade; nada, nestes textos, nos sugere uma dependência literária e, menos ainda, um qualquer magistério mirandino. Tal magistério, porém, poderá ser sugerido no soneto que D. Manuel enviou ao seu amigo, acompanhando a égloga «Dexando los ganados rumiando»⁶⁰:

«Soem a vezes ser mais estimadas
as pálidas espigas puramente
ofrecidas que o ouro reluzente
descoberto por veas soterradas;
por isso, ante vós não confiadas,
raríssimo Francisco excelente,
a rudeza do estilo diferente,
estâncias ocultas e desordenadas,
o que brotou de si a natureza
de artifício nem de arte ajudada,
colhido sem razão, senhor, ofereço.
A vontade de vós seja estimada,
que em tão baixo tempo em que pureza,
em que obras não há deve ter preço.»⁶¹

O autor sublinha o facto de a sua égloga ser o primeiro resultado das tentativas para adaptar ao castelhano, por um poeta português, as novas formas literárias e solicita, por isso, a benevolente apreciação do destinatário. Poderíamos, pois, pensar que se trata de um discípulo que envia os seus primeiros trabalhos a um mestre que o poderá guiar nos árduos caminhos literários que se propõe trilhar. No entanto, quando Sá de Miranda retribui o gesto de D. Manuel e lhe oferece a sua égloga «Encantamento», escreve na dedicatória:

«Certamente eu trazia errada a conta,
qu'inda há quem nos renove o tempo antigo,
de que tanto se escreve e tanto conta;
agora me reprendo e me castigo;
fazia à nossa Lusitania afronta:
cuidei que só buscava prata e ouro,
buscaste-me no meu escondedouro.»⁶²

⁶⁰ N.º 37 do presente trabalho, p. 105.

⁶¹ Transcrevemos da edição de 1595 das obras de Sá de Miranda (cf. o n.º 39 da presente edição, p. 118).

⁶² Sá de Miranda, *Obras completas*, ed. cit., I, pp. 222-223.

O autor confessa a sua surpresa perante um trabalho literário de que, aparentemente, não tinha notícia. A esta surpresa junta-se a alegria de quem, inesperadamente, tinha encontrado alguém que, porque percorria os mesmos caminhos, poderia compreender melhor os esforços e dificuldades com que Sá de Miranda se deparava, ao querer adaptar à língua portuguesa as formas italianizantes. Ao contrário do que poderia esperar-se de um «mestre», o autor não dá conselhos ao destinatário, nem pretende apresentar-se como modelo. Ao invés, pede-lhe, também ele, compreensão para as suas dificuldades, exactamente como fazia D. Manuel no seu soneto:

«Querem-vos por senhor, não por juiz,
rigores a de parte, que são dinos
de perdão os começos. Já que fiz
aberta aos bons cantares peregrinos,
fiz o que pude, como por si diz
aquele, um só dos líricos Latinos;
e, ao dar da vela ao vento: Boa viagem.»⁶³

O confronto destes textos parece, pois, indiciar que não terá havido uma precedência de Sá de Miranda em relação a D. Manuel de Portugal, no que concerne ao cultivo das novas formas literárias. Um e outro trabalhariam em simultâneo na adaptação dessas formas à «nossa linguagem», ambos «buscando prata e ouro». Neste contexto, é significativo que o autor da «Encantamento» solicite a benevolência de D. Manuel para os seus versos, com a justificação de que estes são ainda os «começos», correspondendo a uma fase em que ainda se limitava a «provar a linguagem». Ora, D. Manuel já havia composto, pelo menos, a égloga que enviara a Sá de Miranda, «de versos estrangeiros variada», pelo que, embora pertençam cronologicamente a gerações diferentes, manifestam, ao mesmo tempo, iguais preocupações literárias. Deste modo, parece-nos que a dedicatória da «Encantamento» não autoriza, por si só, a inclusão do nosso autor num hipotético grupo de discípulos mirandinos. E, quanto ao contexto que julgamos estar na origem das afirmações de Jorge de Sena, ainda que a referência a Boscán e Garcilaso aponte no sentido do magistério miran-

⁶³ idem, p. 223.

dino, Faria e Sousa invalida esta interpretação, quando escreve, a propósito de D. Manuel:

«Y [fue] el primero de Portugal que despues del largo olvido de los Endecasílabos en España los restituyó con luz digna de alunbrar a otros: porque si bien se dize los escribió primero entre Portugueses Francisco de Sá y Miranda (*aunque no es assi*) ellos son tales en él (siendo no poco feliz en los pequeños) que son incapazes de ser leídos.»⁶⁴

Estas palavras são, sem dúvida, uma referência crítica à informação que o filho de António Ferreira dera, em 1598:

«naquelles tempos o Doutor Francisco de Sá de Miranda foy o primeiro, que com a singular brandura dos seus versos Lusitanos começou mostrar o descuido dos passados.»⁶⁵

Sem pretendermos entrar na discussão de primazias, não nos parece de excluir, «a priori», a hipótese de a introdução do «dolce stil nuovo» se ter feito por duas vias simultâneas: uma, a que tem sido tradicionalmente considerada (desde 1598), dinamizada por Sá de Miranda; a outra, dinamizada a partir da corte de D. João III, sob o impulso de um círculo de cortesãos literatos a que pertenciam fidalgos da mais alta nobreza, como o infante D. Luís, D. João de Lencastre, Jorge de Montemor, Francisco de Sá de Meneses, Pedro de Andrade Caminha e, naturalmente, D. Manuel de Portugal. O convívio destes nobres literatos poderá ter-se desenvolvido ao longo das décadas de 1540 e 1550, contribuindo todos, ainda que em graus diversos e com resultados diferentes, para a introdução das novas formas literárias no nosso país.

É neste sentido que também se poderão interpretar as palavras de Miguel Leite Ferreira, na «dedicatória» da 1.^a edição dos *Poemas Lusitanos*, referindo o incremento dado por D. João III aos «estudos das letras»:

«(...) concorreo com novo fervor a aprender toda a nobreza deste Reyno, e começou esta arvore em breve tempo produzir tam suave fruto, como mereciam o animo, e maons de quem a plantou.»⁶⁶

⁶⁴ Faria e Sousa, comentário à Ode VII de Camões, in *Rimas Varias de Luis de Camoens*, ed. cit., II, p. 162. Sublinhado nosso.

⁶⁵ São palavras da dedicatória que acompanha a edição de 1598 dos *Poemas Lusitanos*. Citamos pela edição de 1771, feita em Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, à custa dos Irmãos Du Beux, p. 23.

⁶⁶ idem, ibidem.

Que Sá de Miranda se relacionou com aquele círculo de poetas cortesãos é inegável; o que discutimos é que essa relação se tenha desenvolvido num único sentido, do «mestre» para os «discípulos», do iniciador para os continuadores. Pensamos que esse relacionamento deve ser colocado antes no plano da camaradagem literária, uma vez que todos se encontravam unidos no mesmo interesse pelas novas formas italianizantes e empenhados em fazê-las vingar em Portugal. No interior daquele grupo cortesão se terá salientado D. Manuel de Portugal, que manifestava uma particular apetência para a utilização do novo metro. A mestria com que utilizava as novas formas mereceu-lhe a admiração dos contemporâneos⁶⁷ e os encómios de Faria e Sousa que, extremos à parte, foi capaz, quase sempre, de saber distinguir o bom, pois o atribuiu ao seu Camões⁶⁸.

No nosso ponto de vista — um ponto de vista formulado a partir dos textos, à falta de outros documentos mais «objectivos» —, há, assim, que repensar a posição de D. Manuel de Portugal como discípulo mirandino e, até, a responsabilidade única e inquestionável de Sá de Miranda na introdução das novas formas literárias em Portugal.

Na mesma linha do que fica dito sobre as relações com Sá de Miranda, afigura-se-nos necessário reformular a ligação estreita que muitos dizem ter existido entre o nosso poeta e Luís de Camões⁶⁹. Segundo a imagem tradicional, D. Manuel de Portugal dependeria literariamente de Camões (seria um «imitador») ⁷⁰ e Camões dependeria economicamente de D. Manuel de Portugal (que teria sido o seu «Mecenas») ⁷¹.

A primeira parte desta ideia parece-nos posta em causa, a partir do momento em que se colocou o nosso autor na órbita

⁶⁷ Vide, no início deste trabalho, notas 1-4.

⁶⁸ Vejam-se os comentários à Ode VII de Camões, in *Rimas Varias...*, ed. cit., II, pp. 161-168.

⁶⁹ Vejam-se, por exemplo, Faria e Sousa, D. António Caetano de Sousa, Barbosa Machado, Carolina Michaëlis...

⁷⁰ Cf. C. Michaëlis de Vasconcellos, *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, pp. 123-124. Veja-se, ainda, o que escreve Jorge de Sena: (...) e quantos desinteressados não haverá por crerem que tudo aquilo é uma trapalhada de verzejadores copiando Camões, que é a imagem que a erudição difundiu deles (...), op. cit., p. 29.

⁷¹ Faria e Sousa, op. cit., II, p. 164; C. Michaëlis de Vasconcellos, *O Cancioneiro Fernandes Tomás*, p. 111 e também *Investigações sobre sonetos e sonetistas portugueses e castelhanos*, p. 55.

literária de Sá de Miranda, ou na de um círculo cortesão que com este tenha mantido relações — fossem elas de camaradagem ou de subordinação literárias. Com efeito, já houve quem sublinhasse que, por razões de ordem cronológica e social, Camões e os mirandinos — particularmente uma primeira geração — não poderiam ter tido a relação estreita apontada por aqueles que vêem nos poetas quinhentistas portugueses um vasto conjunto de meros imitadores do nosso grande lírico ⁷². Esta é uma posição com que concordamos e que nos parece poder estender-se igualmente aos outros poetas «mirandinos» — incluindo, obviamente, D. Manuel de Portugal —, tendo em conta as observações que tecemos acima sobre o relacionamento de Sá de Miranda com os poetas da corte de D. João III.

Quanto ao mecenato de que teria beneficiado Camões, a tradição corrente assenta no texto da sua Ode VII e no comentário que lhe fez Faria e Sousa. Com este autor seiscentista, tem-se identificado o «senhor D. Manuel de Portugal» a quem o autor d'*Os Lusíadas* dedica a composição com o nosso poeta. Ora, recentemente, Maria de Lurdes Saraiva ⁷³ e Vasco Graça Moura ⁷⁴ puseram em causa esta identificação, defendendo que o destinatário da referida ode camoniana é outro D. Manuel de Portugal, o 4.º ou 5.º filho do segundo conde de Vimioso, D. Afonso, e, portanto, sobrinho do fidalgo homónimo com quem terá sido confundido. Graça Moura baseia a sua tese na análise do texto camoniano, apontando três ordens de razões que o levam a concluir que o poema é dedicado ao D. Manuel de Portugal sobrinho, e não ao tio.

Escreve este autor que, «se a Ode VII é dirigida ao tio, não se compreende:

- a) que seja completamente omitida a referência à obra poética do destinatário, poeta afamado no seu tempo; (...)
- b) que se lhe prometa elevação e imortalidade *exclusivamente à custa da obra do próprio ofertante* (...); c) que o destinatário seja incluído (...) entre os imperadores-chefes militares que honraram particularmente determinados escritores, o que

⁷² Cf. Jorge de Sena, op. cit., pp. 119 e 124-125.

⁷³ M. L. Saraiva, *Luís de Camões, Lírica Completa*, III, INCM, Lisboa, p. 129.

⁷⁴ V. G. Moura, «Camões e a Casa Vimioso», in *Os Penhascos e a Serpente*, Quetzal, Lisboa, 1987, pp. 73-85.

não parece adequar-se, nem de perto nem de longe, ao primeiro D. Manuel de Portugal.»⁷⁵

Afastada, por estas razões, a hipótese de que o destinatário do poema fosse o fidalgo-poeta de que nos ocupamos no presente trabalho, Graça Moura ocupa as últimas páginas do seu artigo referindo e examinando alguns elementos que o fortalecem na convicção de que «ganha alguma consistência a possibilidade de a intenção, expressa por Camões, de «sacralizar» o nome de Portugal, que era o do mecenas, se ajustar a um jovem fidalgo, pouco mais novo do que D. Sebastião e ambicioso de gloriosos feitos, e já suficientemente poderoso ou bem colocado para remunerar Camões.»⁷⁶

Devemos confessar que a argumentação desenvolvida no artigo que temos vindo a citar nos parece suficientemente fundamentada para que seja possível aceitar sem discussão o que tradicionalmente vem sendo afirmado, isto é, que o mecenas exaltado por Camões é o D. Manuel de Portugal tio. Por outro lado, parece-nos legítimo considerar «plausível que a Ode VII tenha sido dedicada ao D. Manuel de Portugal sobrinho», como conclui Vasco Graça Moura.

Excluída a ode de Camões, não conhecemos qualquer texto que possa dar fundamento à ideia de que entre o nosso fidalgo e o grande lírico tenha existido qualquer relação privilegiada. Tanto quanto os textos no-lo permitem, podemos sublinhar as relações de D. Manuel com Sá de Miranda e com o grupo cortesão a que, servindo-nos de uma fórmula de Pedro de Andrade Caminha, poderíamos chamar os «bons espíritos», os quais teriam em comum, para além das mesmas preocupações literárias, a inspiração da mesma musa — D. Francisca de Aragão. Quanto a Luís de Camões, são incontestáveis as suas ligações com a Casa de Vimioso, mas fica por provar que essa relação pessoal entre os dois poetas tenha efectivamente existido.

2.3. *Do «excelente poeta» ao «bom filósofo»...*

Do ponto de vista literário, D. Manuel de Portugal foi, como noutros aspectos da sua personalidade, um autêntico

⁷⁵ op. cit., pp. 80-81.

⁷⁶ idem, p. 84.

homem do seu tempo. Tendo cultivado a poesia em ambiente cortesão, as suas obras profanas reflectem e prolongam, desenvolvendo-a, uma tradição que já se havia fixado no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende. Assim, o grande e único tema dos seus poemas é o Amor, abordado nas suas diferentes e contraditórias manifestações, segundo uma perspectiva influenciada pela filosofia neo-platónica.

O objecto do Amor é uma «*donna angelicata*» que, partindo embora da personalidade concreta de D. Francisca de Aragão, se eleva a um plano idealizado, de matizes próximos do divino:

«Iva de día en día amor sacando,
con invisible mano, cauteloso,
poco a poco en mi alma y deseñando
aquel divino gesto tan hermoso.»⁷⁷

A formosura idealizada desta mulher/anjo penetra na alma do sujeito e funde-se com a sua própria alma, num processo que o poeta expõe na égloga «*Nisido y Floridon*»:

«Que te puedo dezir, que temeraria
no se juzgue mi boz, de lo que hizo
con eficacia amor tan voluntaria
que assí de su deseo satisfizo:

mi alma convertió en mi adversaria
y lo que de antes era ansí deshizo
que, si juntas las vieses, no sabrías
cual dellas por la propia juzgarías.

Mientras este exercicio prolongava
amor por transformarme en tal figura,
con la conversación perfeccionava
las colores a su biva pintura.»⁷⁸

⁷⁷ N.º 27 da nossa edição, vv. 345-348, p. 47. O retrato ocupa os versos seguintes, até ao 384. Outras descrições da mulher/objecto do Amor podem encontrar-se nos poemas n.º 5 (p. 10), n.º 30, vv. 40-45 (p. 64) e n.º 32, vv. 161-168 (p. 81).

⁷⁸ N.º 27, vv. 361-372, pp. 47-48.

O amor, personificado, apodera-se do sujeito, submete-o às suas leis e transforma a sua alma de modo tão radical que esta passa a ser perfeita imagem da mulher amada:

«Se isto, que em vós se vê, ver desejais,
(...)

Traduzido o vereis tão fielmente
no meio deste espírito aonde estais.»⁷⁹

No entanto, e embora a simples contemplação da beleza da amada desperte no sujeito o fogo da paixão, esta parece não se aperceber dos efeitos que provoca no poeta e, pior ainda, mostra-se imune ao sentimento amoroso. Sentindo-se ignorado, o poeta sofre as dores mais atrozes, chegando a comover os montes e os animais selvagens, mas não conseguindo alterar a impassibilidade altiva da mulher amada:

«pero yamás tus ojos detenidos
de amor vi al pasar, ni escuchando
inclinarse a mis quejas tus ohidos,
con las cuales yo anduve penetrando
la rígida montaña y mis gemidos
las fieras a blandura aficionando.»⁸⁰

Trata-se de alguém que alia à extrema formosura uma frieza cruel, o que justifica os tons de desespero com que o sujeito se lhe dirige:

«Da fermosura já tudo sogeito,
em seu carro vós feis triunfando;
a fama sobre as asas ia cantando
liberdades rendidas a esse aspeito.

Vendo as rodas passar sobre este peito,
do salto que por mim deram cortando
o seguro semblante não mudando
de ver outrem por vós em tal estreito.»⁸¹

⁷⁹ N.º 5, vv. 9 e 12-13, p. 10.

⁸⁰ N.º 9, vv. 9-14, p. 14.

⁸¹ N.º 12, vv. 1-8, p. 17. Vejam-se, no mesmo sentido, os versos 1-29 do n.º 32, p. 77.

Esta insensibilidade cruel acabará por provocar a morte física do sujeito, vítima da paixão amorosa, ele que, por outro lado, se encontrava já metaforicamente «morto de Amor»:

«Aquel fiero desdén y la amorosa
furia de un golpe solo me quitaron,
con dos muertes contrarias, una vida.»⁸²

É, pois, um amor impossível o que D. Manuel de Portugal elege como tema dos seus versos; um amor que é sentido, por isso, como uma condenação, ainda que possa também considerar-se uma eleição:

«Los sensibles spíritos que somos
al amoroso fuego condenados,
y sin vida bivimos pera siempre
en aquesta tiniebla amortecida.»⁸³

O poeta sente que pertence a um pequeno grupo de almas sensíveis que o amor escolheu como vítimas, dando-lhes a conhecer o que lhes nega. Neste quadro, a mulher aparece-nos como um instrumento inconsciente de que o amor se serve para fazer despertar no sujeito uma paixão amorosa que acabará por consumi-lo no fogo das suas contradições. Eleito e condenado pelo amor, é na antítese e na hipérbole que o poeta encontra a melhor expressão para os sentimentos contraditórios que experimenta. Estas figuras retóricas permitem-lhe exprimir o carácter avassalador de uma paixão em que se aliam «alegria» e «tormento», «tormento» e «repouso», dominando a alma de quem já não pode senão «bivir sin vida»:

«Solía tu semblante peligroso
llegarme al morir tan dulcemente
que el más alegre tormento era reposo.»⁸⁴

⁸² N.º 7, vv. 12-14, p.12.

⁸³ N.º 25, vv. 1-4, p. 30.

⁸⁴ N.º 30, vv. 7-9, p. 63.

Em todo o processo de enamoramento os olhos desempenham um papel primordial: é por eles, e através deles, que o amor penetra na alma do sujeito; só pelo encontro do seu olhar com o da amada poderá o poeta chegar à plenitude do amor. Aos olhos da mulher que constitui o objecto da sua paixão consagra o nosso autor um dos seus mais belos sonetos, «Los ojos que con blando movimiento». Infelizmente para ele, a amada não detém o seu olhar, não o fixa sobre o seu reverente adorador, mantendo-o indefinidamente suspenso numa esperança que, apesar de ténue, alimenta o sofrimento de um amor que se suspeita não correspondido. E é porque essa dor lhe parece insuportável que o poeta deseja submeter-se à prova definitiva: que o olhar da amada se encontre com o seu. Poderia, então, ter a confirmação da sua indiferença, ou a suprema felicidade de se saber amado:

«O, si tu esquivez lo permitiese,
que en presencia de tu semblante hermoso
a manos de tus ojos me muriese;

o, si los detuviese, cuán dichoso
sería aquel momento en que me viese
cobrar nellos la vida y el reposo.»⁸⁵

No entanto, tal encontro nunca é possível, porque nunca a amada o torna possível. Assim, o poeta vai cantando, em simultâneo com o amor que o vitima, o desprezo cruel de quem nem ao menos se digna desenganá-lo, como se entre eles não fosse possível qualquer comunicação, como se pertencessem a mundos diferentes: ela a um mundo ideal, ele ao mundo real. Mesmo quando se encontra fisicamente perto do sujeito, a mulher amada mantém um distanciamento tal que o que o poeta sente é apenas a sua ausência⁸⁶. A indiferença de quem parece simplesmente ignorar que ele existe ergue-se como barreira intransponível que impede o encontro do sujeito com o objecto que pretende. E, naturalmente, o sofrimento agudo provocado

⁸⁵ N.º 4, vv. 9-14, p. 9.

⁸⁶ Cf. n.º 32, vv. 57-72, pp. 78-79.

e alimentado pela paixão amorosa só pode conduzir o sujeito à morte:

«En amoroso llanto convertido,
umedece la yerva deste llano
el más triste pastor que fue nacido,
pues tan firme querer ha sido vano.
Con pureza d'amor engrandecido,
sufrió d'ingratitude la dura mano,
y enfin, por su Flérida moriendo,
se va en eterno llanto deshaziendo.»⁸⁷

Nesta oitava encontramos descrito o fim que espera, inevitavelmente, «los sensibles spíritos que somos / al amoroso fuego condenados». Aí podemos ainda notar o significado que as lágrimas e o choro adquirem, no contexto desta concepção trágica do amor. Pode parecer surpreendente a abundância de lágrimas vertidas nos poemas de D. Manuel de Portugal; no entanto, tal abundância justifica-se porque, como se depreende da oitava citada, essas lágrimas são a expressão visível da paixão que consome o sujeito, na medida em que nelas se dissolve o próprio sujeito que «se va en eterno llanto deshaziendo».

O quadro mais frequente desta lenta agonia em que se converte a paixão amorosa é a natureza. Uma natureza onde dominam a harmonia, a serenidade, a paz. É uma natureza que se mantém exterior ao drama do sujeito, calmamente indiferente à sua dor. Deste modo, a alegria que parece irradiar de todos e de cada um dos elementos da natureza é tão só uma razão mais para que o sujeito sofra, uma vez que a ausência do ser amado não lhe permite a fruição de «tudo o que a rara natureza / com tanta variedad nos ofrece». Como escreve o poeta:

«Sem ti tudo m'anoja e m'avorrece,
sem ti perpetuamente estou passando
nas mores alegrias, mor tristeza.»⁸⁸

⁸⁷ N.º 27, vv. 609-616, p. 57.

⁸⁸ N.º 1, vv. 12-14, p. 5.

Se esta temática é um fundo comum explorado por todos os poetas contemporâneos de D. Manuel de Portugal, parece-nos, contudo, que este a aborda com tal subtilidade e tal insistência, que lhe confere a dignidade de uma filosofia. Com efeito, neste autor, a dor de Amar decorre necessariamente da caracterização que é feita tanto do sujeito como do objecto do Amor. Se o sujeito se assume no plano do Real, o objecto é colocado ao nível do Ideal, pelo que nunca será possível a união entre eles. A plenitude de um momento em que sujeito e objecto fossem reversíveis é uma aspiração irrealizável, pela qual o poeta só pode suspirar, exilado num mundo que já não sente como seu. É que o poeta pertence ao escasso número daqueles «espíritos sensíveis» que estão condenados a amar, isto é, que têm a consciência dolorosa — mas também feliz — de que existe um mundo ideal a que não conseguem aceder, mas a que aspiram, um mundo que puderam vislumbrar através dos olhos da amada.

3. A EDIÇÃO

3.1. *O texto base*

Escolhemos como texto base para a presente edição das poesias profanas de D. Manuel de Portugal o do Manuscrito 8920 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

É um volume encadernado que hoje contém uma folha de guarda e 396 fólhos, ainda que uma das várias foliações vá até ao n.º 410. Falta o fólho 53, arrancado, o fólho 119 tem colado outro fólho — que a foliação mais moderna ignora — e salta-se do fólho 120 para o 122 e do 238 para o 240; no fólho 261 começa outra numeração, iniciada com o n.º 270 e, a partir do 327, recomeça-se em 322. O fólho 99r encontra-se em branco.

A letra é de diferentes mãos, tendo participado na elaboração do manuscrito, pelo menos, quatro copistas diferentes: a letra mais antiga — de fins do século XVI — ocupa o maior conjunto de fólhos, indo do início até ao fólho 323v; o segundo copista preencheu os fólhos 324 e 325r; uma terceira letra ocupa os fólhos seguintes, com os números 325v-402r, enquanto a última mão surge nos fólhos 403 a 406v.

Na lombada pode ler-se a designação «[OB]RAS [V]ARIAS». Na contracapa repete-se esta indicação — «Miscellanea: Obras Varias» — escrita à data da compra do códice, em 1914. Na mesma data foram aí lançadas outras informações:

«Comprado em 3 de abril de 1914 a D. Angela Paes.

D. Angela Paes era comerciante de antiguidades. Vendeu este vol. à Bibl. Nacional em 1914. O ex-libris foi arrancado por quem fez a venda para encobrir a proveniência, evidentemente.»

Não é possível apurar a identidade do(s) organizador(es) desta miscelânea, nem, agora, dos seus possuidores.

Há dois índices: um no início, incompleto, em letra moderna, que consiste em 2 folhas de 33 linhas, encontrando-se a primeira folha ocupada totalmente na frente e parcialmente no verso e a segunda em branco; o outro índice, mais antigo, ocupa os últimos fólhos, numerados de 407 a 410, mas ignora os fólhos 402v-406v.

O conteúdo do volume é muito diversificado: predominam as composições poéticas de um vasto número de autores portugueses e espanhóis dos fins do séc. XV e do séc. XVI — D. Manuel de Portugal, António Ferreira, Duque de Sesa, Conde de Vimioso o velho, Duque de Aveiro D. João de Lencastre, Garci Sanchez de Badajoz, Boscán, Garcilaso, D. Juan de Mendoza, Ausías Marco, Francisco Sá de Miranda, Conde de Villanueva, Jerónimo Corte-Real, Diogo Bernardes, etc. — e uma grande quantidade de cartas, de reis portugueses e castelhanos — D. Afonso V, imperador Carlos V, D. João II, D. Manuel, D. Filipe de Castela, D. João III, D. Catarina, D. Sebastião —, mas também de Papas e membros da alta nobreza peninsular ou do clero. A par destes textos, encontramos outros de natureza muito diversa: o «letreiro da sepultura de Gonçalo Gomez da Silva», umas «profecias ao nascimento delrei dom Sebastião», «A história do milagre de Santarém», uma «Protestação do infante D. Luís que se achou escrita por seu falecimento», e ainda uma relação do que «elrei de Castela devia aos genoeses no ano de 1575», uma outra da «renda delrei de Castela e o que gasta cada ano pouco mais ou menos tirada dos seus livros da fazenda no ano de 1561», uma «memoria delos officios con q̃ se sirve su magestad en su casa», um elenco dos «livros que tem pera emprimir o Doutor Bertolameu Filipe em latim (e em espanhol)», assim como a «Relacion muy

verdadera de todos los titulos despaña ansi los duques mar-queses condes priores arzobispos obispos...»

O conteúdo do códice, e sobretudo a datação das cartas transcritas e a cronologia dos acontecimentos referidos, corroboram a informação cronológica que é fornecida pela letra utilizada nos primeiros 323 fólhos, onde se encontram os textos de D. Manuel de Portugal. A não alusão aos acontecimentos de Alcácer Quibir, conjugada com a utilização de um tipo de letra de fins do século XVI, poderia permitir arriscar 1578 como termo «ad quem» dessa parte do códice. O texto que ocupa os outros fólhos é, no entanto, mais tardio, tendo-se mesmo verificado o acrescento de algumas anotações ao texto dos primeiros fólhos e o preenchimento de alguns espaços em branco; é o caso do fólho 1r, em que se transcreve uma epístola em verso, com o título «Carta a elrei dō Sebastião Nosso Senhor», a que outra mão acrescentou «pelo Doutor Ant.^o Ferreira impressa nos seus Poemas Lusitanos a p. 164», ou dos fólhos 1v e 2r, e dos 36r e 36v, em cuja segunda coluna foi inserida uma letra diferente.

Uma referência pormenorizada a este manuscrito foi feita por Gordon Jensen e António Cirurgião, em artigo publicado em 1971, na revista *Biblos*, a páginas 567-594, com o título «Poesia Peninsular do Século XVI: o seu a seu dono». A descrição revela-se, contudo, inexacta em alguns pontos, tendo os autores chegado a algumas conclusões sobre o responsável pela organização do códice que julgamos infundadas.

Apesar de não conter o mais vasto conjunto de obras de D. Manuel de Portugal, optámos pelo texto do Manuscrito 8920 da Biblioteca Nacional de Lisboa como texto base para a nossa edição. Preferimos este códice ao Manuscrito CXIV/2-2 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora — que contém 32 poemas do nosso autor — porque, como observa A. L.-F. Askins na sua descrição do manuscrito de Évora, «abundam nas transcrições de todas as poesias, tanto nas portuguesas como nas espanholas, numerosos erros provocados pela falta de compreensão dos textos por parte dos escribas que os copiaram»⁸⁹, como teremos ocasião de verificar ao longo deste tra-

⁸⁹ *Cancioneiro de Corte e de Magnates*, p. 4.

balho. Assim, para todos os textos comuns aos dois manuscritos, demos preferência às versões do manuscrito de Lisboa, cujas lições nos pareceram mais rigorosas.

3.2. Fontes complementares

Para os textos que não se encontram no Manuscrito 8920 da Biblioteca Nacional de Lisboa utilizámos, por ordem de preferência, as seguintes fontes complementares:

- *Cancioneiro de Luís Franco Correa*, editado em fac-simile pela Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da publicação d'*Os Lusíadas* (1972), o qual tem a vantagem de indicar com exactidão a data da sua organização — 1557-1589 — e a identidade do seu compilador;
- Manuscrito CXIV/2-2 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, que foi minuciosamente descrito por Askins⁹⁰;
- *Cancioneiro Fernandes Tomás*, editado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (Lisboa, 1971), em fac-simile;
- *As obras do celebrado lusitano o doutor Frâncisco de Sá de Mirãda*. Collegidas por Manuel de Lyra. Dirigidas ao muito illustre Senhor don Jeronymo de Castro, etc., 1595;
- *Rimas Varias de Luis de Camoens* commentadas por Manuel de Faria e Sousa (1685), editadas em fac-simile pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda (1972).

3.3. Critérios de transcrição

Na presente edição das poesias profanas de D. Manuel de Portugal, procurámos conciliar dois objectivos: por um lado, reproduzir com escrupulosa fidelidade as fontes que elegemos para a organização deste volume; por outro lado, tornar a sua

⁹⁰ idem, pp. 3-5.

leitura acessível, facilitando a decifração, que se tornaria demasiado fastidiosa e desencorajadora, caso tivéssemos respeitado integralmente as grafias caóticas e frequentemente incongruentes de cada um dos escribas.

Para o estabelecimento dos critérios de transcrição, tivemos em conta o facto de os textos provirem de vários manuscritos, organizados por copistas diferentes, utilizando cada um as suas normas ortográficas — tantas vezes incoerentes. Face a esta situação, a regularização das grafias e uma certa modernização pareceram-nos não apenas aceitáveis mas até necessárias.

Perseguindo os objectivos enunciados, realizámos no texto as seguintes intervenções ⁹¹:

- a) Numerar os textos e os versos de cada poema, para facilitar a consulta.
- b) Desenvolver, de acordo com as exigências internas de cada poema, as abreviaturas.
- c) Separar as palavras que nos manuscritos vêm unidas.
- d) Introduzir ou modernizar a pontuação, oferecendo uma proposta de interpretação do texto.
- e) Actualizar a acentuação.
- f) Regularizar o uso das letras maiúsculas, segundo os critérios modernos.
- g) Modernizar a grafia das nasais, salvo no caso de *ũa*.
- h) Nos textos em português:
 - reduzir a simples as consoantes geminadas, conforme as normas ortográficas de hoje;
 - actualizar certas desinências verbais, como *ão* por *am*.
 - actualizar, quanto à grafia e ao uso do hífen, as formas verbais de flexão pronominal e as enclíticas;
 - actualizar a grafia das palavras em que se não justifique o emprego de *h*, *j*, *y* e do *u* consonântico.

⁹¹ Gostaríamos de agradecer ao professor Pedro Cátedra García, da Universidade de Salamanca, a gentileza com que se dispôs a receber-nos e a discutir connosco os critérios que adoptámos para a transcrição dos textos em castelhano, e ainda os preciosos conselhos e informações que quis dar-nos.

i) Nos textos em castelhano:

- corrigir as grafias resultantes de nítidas interferências do português e que se revelam inaceitáveis naquela língua. Nomeadamente, fazer a equivalência de *lh* com *ll* e regularizar o uso de *y*, *j* e *i*, tal como das consoantes *c* e *q*;
- reduzir as consoantes duplas a simples, com excepção do *s* duplo.

Na organização das variantes, não levámos em consideração meras divergências gráficas entre os diferentes copistas.

